

Alencar diz que pediu mais prazo, e não moratória

Clóvis Cranchi Sobrinho/AE—22/1/95

Governador do Rio afirma que negocia tempo maior para pagar empréstimo para plano de demissões

SUELY CALDAS

RIO — O governador do Rio, Marcello Alencar, negou ontem ter sentido de moratória o pedido feito ao secretário do Tesouro, Murilo Portugal, de alongamento do prazo de um empréstimo de R\$ 200 milhões que o Estado vai contratar com a Caixa Econômica Federal para sustentar o Programa de Demissões Voluntárias (PDV) do funcionalismo. Indignado com a repercussão política do pedido, Alencar disse ontem ao **Estado** que não deseja tratamento privilegiado para o Rio, mas defende que o governo federal encontre uma solução global para as dívidas dos Estados.

“Não sei se será uma medida provisória ou qualquer outro instrumento legal, mas o ministro Pedro Malan está sensível, tanto que mandou minha equipe conversar com Pedro Parente”, informou Alencar, referindo-se ao secretário-executivo do Ministério da Fazenda, encarregado de propor uma solução para o endividamento dos Estados. Segundo Alencar, os governadores querem mudar a legislação atual, que os obriga a pagar os empréstimos até o final da gestão.

Estado — O senhor pediu moratória para o Rio?

Marcello Alencar — Em nenhum momento pedi moratória. Essa interpretação, em véspera de eleições, prejudica porque é explorada pelos adversários. O que estou negociando é o alongamento do prazo de um em-



Alencar defende solução global: “Não quero privilégio para o Rio”

préstimo de R\$ 200 milhões para o Programa de Demissão Voluntária, que não entrará no meu cofre pois os funcionários receberão diretamente no guichê da Caixa. Considero injusto pagar sozinho a dívida se são os futuros governadores que dela se beneficiarão com a economia de despesas. É preciso alongar o prazo para que eles também paguem esse débito e reduzir os juros altíssimos, de 2,5% ao mês.

Estado — Sua intenção é começar a pagar seis meses depois?

Alencar — Preciso esticar esse prazo. A economia com as demissões vai chegar a R\$ 5 bilhões, mas só no futuro. A Caixa exige que a primeira parcela seja paga no ato da indeniza-

ção do funcionário, ou seja, dentro de um mês. Preciso de, pelo menos, seis meses para começar a pagar e que o governo federal concorde com a idéia de amortizá-la no futuro.

Estado — Essa alternativa resolve o problema dos governadores, mas seu impacto fiscal prejudica o Plano Real ...

Alencar — Sei que o governo federal faz um grande esforço de equilíbrio fiscal, mas como governador do Rio tenho o legítimo direito de defender os interesses da população do Estado.

Estado — A lei não permite transferir a dívida para o próximo governador. A solução, então, passaria por tratamento de exceção para o Rio?

Alencar — Não quero privilégio. A solução terá de ser global, para todos os Estados. O dr. Pedro Parente trabalha na mudança da legislação. Mas lembro que o Rio tem colaborado com o ajuste fiscal, inclusive cui-

dando da privatização de empresas. Preciso de tempo para vendê-las.

Estado — O senhor ainda não privatizou, mas já aplicou no Metrô o adiantamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pela venda da empresa de energia elétrica...

Alencar — Recebi R\$ 250 milhões e a Cerj vale R\$ 700 milhões. E há ainda outras empresas. O governo de Minas recebeu adiantamento pela Cemig e rejeitou a idéia de privatizá-la. Eu não. Além disso, estou concluindo negociação de dois empréstimos com o Banco Mundial, de US\$ 300 milhões, para reforma do Estado e, de US\$ 400 milhões, para recuperação das linhas férreas.

Estado — Se o governo federal insistir na obrigação de os governadores pagarem os empréstimos que contraírem, como o senhor fará?

Alencar — O Ministério da Fazenda terá de encontrar uma solução. Os Estados não podem mais suportar esse grave endividamento. A nova medida deve abranger as dívidas contratadas, a dívida mobiliária e as Antecipações de Receita Orçamentária, as AROS. Mas, se não mudar as regras, que o Tesouro concorde, pelo menos, em me dar uma carência de seis meses e deixar que pague a maior parte nos últimos seis meses de gestão, quando já terei a receita de privatização.

Estado — Os governadores estão discutindo essa questão em bloco?

Alencar — Não existe idéia de con-

federação de governadores. Mas na segunda-feira, por exemplo, os secretários de Fazenda dos Estados se reuniram em São Paulo e discutiram a questão. Até por amizade partidária, eu, Mário Covas (SP), Eduardo Azeredo (MG) e Antônio Britto (RS) temos conversado e concordamos que o governo federal precisa dar uma resposta positiva aos Estados. Queremos uma solução para todos e não apenas para o Rio.

PROBLEMA É
QUITAR DÉBITO
ATÉ O FINAL
DO MANDATO